

Política

—CONSTITUINTE—

Organizado principalmente para a votação das questões sobre a ordem econômica, o Centrão vinha acumulando vitórias e esperava mais uma ontem. A ponto de recusar acordos. Ocorreu o contrário: só faltou um voto para que sua derrota fosse completa.

Surpresa: o Centrão fracassa.

Por apenas um voto as esquerdas e o grupo "nacionalista" da Constituinte não conseguiram rejeitar, ontem, o substitutivo do Centrão sobre a Ordem Econômica — foram 279 votos contra (para a rejeição seriam necessários 280), 210 a favor e 27 abstenções. Estiveram ausentes 43 constituintes. Por tratar-se de emenda coletiva, a proposta do Centrão será votada mais uma vez, hoje, a partir das 16h30.

O tema, polêmico, teve uma votação tranqüila. As 15h20 o quórum tinha sido alcançado: 334 presenças. Abertos os debates, o relator Bernardo Cabral pediu a rejeição do texto do Centrão, mas fez um apelo "contra a radicalização", pedindo a busca do consenso. O líder do PMDB, senador Mário Covas também falou contra a proposta, dizendo que o projeto da Sistematização valoriza mais o trabalho humano que a livre iniciativa, prioridade que, segundo ele, foi invertida pelo Centrão.

Covas também criticou o líder do PFL, José Lourenço — que sugerira às esquerdas fazerem acordo "com os raios que os partam" — e lamentou a falta de consenso. Sobre o ponto principal de impasse — o conceito de empresa nacional — Covas disse que qualquer país tem o direito de dizer quem é nacional e quem é estrangeiro, sem que isso impeça a convivência.

Contra o Centrão também falou o deputado Luís Salomão (PDT-RJ): "Queremos fronteira nítida entre empresa nacional e estrangeira, com vantagens para as controladas por residentes no País, mantido em solo brasileiro o poder de decisão", disse Salomão, que defendeu ainda o monopólio da exploração do petróleo e lembrou que, hoje, 38% dos alvarás de lavra de minérios estão em poder de estrangeiros.

A proposta do Centrão foi defendida pelo deputado Gerson Peres (PDS-PA), para quem a evolução da ordem econômica "não pode ser obstaculizada por medidas limitativas e cerceadoras da livre iniciativa". Sobre a disposição do texto da Sistematização de se considerar empresas nacionais as com controle decisório em caráter exclusivo e incondicional de pessoas domiciliadas no Brasil, Gerson Peres disse que na vida "nada é incondicional", insistindo em sua tese, não esclarecida, de que "brasileiro fala demais e escreve demais".

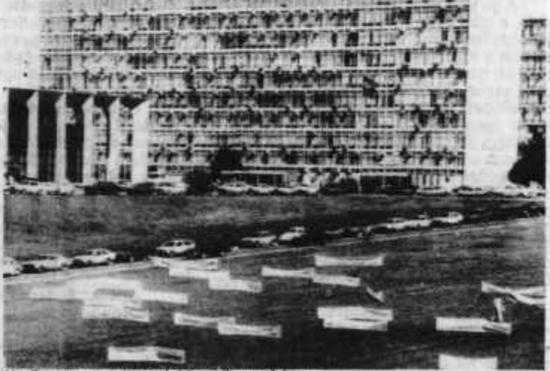
Já o deputado Bonifácio Andrada (PDS-MG) refutou as acusações de intransigência do Centrão nas negociações e disse que o texto do grupo era básico, podendo ser alterado depois através de destaques. Para ele, a Sistematização repete os princípios da Lei da Informática e da reserva de mercado, que não serve ao desenvolvimento brasileiro, derivando daí "um conceito errado de empresa nacional". Ele classificou o texto do Centrão de modernizador e o da Sistematização de estatizante.



Fim de votação: o painel registra o resultado inesperado.



Covas: críticas à intransigência do Centrão.



No Congresso, ontem, lobby até com faixas.

Agora, negociação ou derrota completa.

Depois do resultado da votação de ontem, o Centrão volta à negociação com a esquerda do PMDB, liderada pelo senador Mário Covas. Quer agora evitar o "buraco negro" e a possibilidade de o relator da Constituinte, Bernardo Cabral, redigir o novo texto da Ordem Econômica, o que seria desastroso para o grupo, segundo os seus líderes.

No caso de não haver acordo, na sessão de hoje o texto do Centrão corre o risco de ser rejeitado em definitivo, já que pelo regimento interno da Constituinte não há necessidade de que haja um mínimo de 280 votos contrários, como se exigia ontem. Nesse caso, se passaria à votação do texto da Comissão de Sistematização, que só terá uma oportunidade para aprovação: caso não consiga os 280 votos favoráveis, será também considerado rejeitado.

Nessa busca de acordo para se evitar um novo confronto, voltam as reuniões, como a realizada ontem pela manhã, no gabinete do senador Severo Gomes, representando as esquerdas, e integrantes do Centrão. Nesse encontro havia saído uma nova definição de empresa nacional, bem menos abrangente do que a contida na emenda do Centrão, segundo a qual será considerada empresa brasileira aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenha no País sua sede e administração.

O Centrão cedeu diante das pressões dos setores que se proclamam nacionalistas, concordando em conceituar a empresa brasileira de capital nacional como a pessoa jurídica cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou de entidades de direito

público. Conforme a proposta acertada com o senador Severo Gomes, nos setores nos quais a tecnologia é fator determinante de produção serão consideradas empresas brasileiras de capital nacional aquelas que, além de atenderem aos requisitos definidos no parágrafo que trata da definição, estiverem sujeitas ao controle tecnológico nacional em caráter permanente, exclusivo e incondicional.

Os representantes do Centrão e das esquerdas chegaram também ao entendimento com relação à proteção e benefícios especiais temporários para a empresa brasileira de capital nacional, que poderá usá-los, na forma da lei, para desenvolver atividades consideradas estratégicas ou imprescindíveis ao desenvolvimento tecnológico.

Entenda o que aconteceu

O Centrão se dividiu. E não foi apenas por questões de princípios.

A surpreendente votação de ontem contra o projeto do Centrão espantou até mesmo as esquerdas — que lutavam para isso. Afinal, o grupo sempre alardeou sua maioria e a utilizou com sucesso para modificar o regimento interno da Constituinte, na votação do sistema de governo e do tempo de mandato dos futuros presidentes. E foi contando mais uma vez com essa maioria que os líderes José Lourenço e Carlos Sant'Anna suspenderam os entendimentos com setores da esquerda, preferindo medir forças no plenário.

Enquanto se preparam para nova votação, os centristas buscam explicações para o resultado de ontem. O deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) disse que há vários dias vinha admitindo a divisão interna do grupo, não somente em função de princípios, mas de interesses corporativistas. Mas ele considerou "bom" o resultado, que marca o princípio da necessidade de negociação. Para Afif Domingos, agora os líderes José Lourenço e Carlos Sant'Anna poderam deixá-los manter entendimentos em paz com as demais forças da Constituinte.

O exame cuidadoso da folha de votação confirma a tendência nacionalista de vários centristas que, ao mesmo tempo, são contrários à intervenção do Estado na economia. O líder do PTB, Gastone Righi, que se absteve de votar, acha que 100 constituintes estão contra tanto o texto do Centrão quanto o da Sistematização, que consideram radicais à direita e à esquerda. Segundo Gastone Righi, eles preferem o "buraco negro", para forçar o acordo regimental, "um terceiro texto negociado e mais centrista sobre a ordem econômica". Para



Gastone Righi



José Lourenço



Carlos Sant'Anna



Afif Domingos

ele, dificilmente a proposta do Centrão será aprovada hoje.

"O plenário deu demonstração de que quer entrar em entendimento", explicou o líder do PMDB, Mário Covas, que falou contra a emenda do Centrão antes da votação. Para Covas, o resultado levará à negociação, pois abriu os canais para o entendimento por parte do Centrão, que até então se recusava a fazer acordo.

O presidente Ulysses Guimarães também se mostrou esperançoso e confiante no entendimento: "Se alguém vencesse hoje, venceria fraco", disse ele ao deputado Amaral Neto, líder do PDS, que concordou: "Um texto de confronto seria como um elefante com cabeça de burro".

Influências externas?

Na votação de um capítulo tão polêmico, a influência de grupos e empresas nacionais pairou sobre o plenário. Integrantes do Centrão ligados ao empresário Antônio Ermirio de Moraes, como o líder do PTB, Gastone Righi, se absteram de votar. Mas outros petebistas, como o deputado Farabullini Junior, votaram contra a emenda do Centrão, o que foi interpretado por companheiros do bloco como uma deci-

são baseada em princípios e não em interesses corporativistas.

O grupo Norberto Odebrecht, segundo informações de líderes do Centrão, pressionou os parlamentares baianos e de outros Estados a votarem contra o texto do grupo. Não se sabe se em função disso ou não, os baianos Milton Barbosa e Sérgio Brito votaram contra, enquanto Manoel Castro e Jairo Carneiro se absteram e Fernando Gomes sequer compareceu ao plenário.

Para o deputado José Lins (PFL-CE), um dos líderes do Centrão, o que faltou foi conhecimento de causa. Ele disse que 42 centristas votaram contra a emenda por desconhecer a diferença entre seu texto e o da Sistematização. "Muita gente chegou na última hora e não tinha informações suficientes sobre a matéria", disse.

"Tivemos mobilização, mas faltou catequese", explicou outro líder do grupo, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). "Eles não estavam concordando em apenas votar como os líderes desejavam. Eles queriam entender o que estava acontecendo", disse Dado Coimbra (PMDB-RJ). Maluly Neto (PFL-SP), que votou contra a emenda, explicou sua rebelião: "Aqui não tem vaca de

presépio". Mas os líderes do Centrão ficaram mesmo decepcionados com o deputado Júlio Campos: o deputado José Lourenço conseguiu até um avião para ir buscá-lo em Mato Grosso e ele não apareceu para votar. Em contrapartida, o Centrão conseguiu dois votos com quem não contava: Thomaz Nonó e Nestor Duarte.

O 280º voto

Os chamados nacionalistas também tiveram seus azares: o senador Ronan Tito (PMDB-MG), que poderia ter dado o voto da vitória (o 280º) contra o Centrão, chegou atrasado (foi socorrer a esposa, que estava com o carro quebrado no centro de Brasília) e não pôde votar. Já o deputado Teodoro Mendes (PMDB-SP) votou errado: apertou o botão "sim" pensando que estava votando no texto da Sistematização. Ele reclamou e mudou seu voto na secretaria-geral da Mesa, mas isso não alterou o resultado.

O 280º voto também poderia ter sido dado por Alcení Guerra (PMDB-PR), que preferiu se abster. Quando viu o resultado no painel, ele disse que levou um susto: seu voto poderia ter derrubado a proposta do Centrão. Depois, refeito, disse que não se arrependia: ele prefere um texto negociado para a ordem econômica. Apesar de contrário ao conceito de empresa nacional dado pelo texto do Centrão, ele acha que alguns itens devem ser discutidos.

Revoltado, o deputado Genóino Neto (PT-SP) acusou Alcení Guerra, Ronan Tito e Ronaldo Cesar Coelho (PMDB-RJ), que também se absteve) pela não rejeição do texto do Centrão: "O voto de um deles teria mudado tudo".

O secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional e ministro-chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denys, não só ficou satisfeito com a decisão da Constituinte de incluir os recursos minerais do subsolo entre os bens da União, como gostaria de ver adotada uma definição de empresa nacional que garanta sua exploração pelas empresas genuinamente brasileiras. O general também discorda da emenda coletiva do Centrão admitindo a exploração das riquezas minerais por empresas estrangeiras. A opinião do general foi revelada ontem pelo relator-adjunto da Constituinte, deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), com muitas ligações ao CSN.

Nos corredores do poder, a busca do apoio militar.

Depois disso, eufórico, Severo Gomes espalhou a notícia provocando reação das lideranças do Centrão que obtiveram do general Bayma Denys a declaração de que o CSN não se havia pronunciado oficialmente. O Centrão tomou essa declaração como apoio a sua emenda e o deputado Luiz Salomão telefonou ao Conselho para conferir. Em resposta ouviu apenas que o CSN ficara imobilizado pela divulgação do teor das conversas com Severo e Salomão. Os constituintes favoráveis à nacionalização iniciaram então uma série de visitas a ministros militares, argumentando, por exemplo, que o grupo sul-africano Anglo-América controla 45% do níbio do Brasil, que o Canadá e Austrália nacionalizam seu subsolo há vários anos, sem prejuízos para suas economias, e que os Estados Unidos adotam controle acionário rigoroso para suas mineradoras. E o grupo ficou convicto de que os ministros militares não trabalharam pela aprovação da emenda do Centrão, mantendo-se distanciado do assunto, e mais: está certo de que o silêncio oficial dos ministros foi significativo, colaborando para o resultado da votação de ontem.

Empresários de diferentes setores reuniram-se ontem em Brasília com senadores e deputados da Frente Parlamentar Nacionalista para reclamar a definição, no futuro texto constitucional, do conceito de empresa nacional, mostrando-se contrários à remissão do problema à legislação ordinária. Depois de quase duas horas de debates, parlamentares e empresários sustentaram que "o momento da definição é este", acrescentando que deixar a regulamentação para o futuro significa atender aos interesses das multinacionais. Os participantes do encontro concluíram que, melhor do que discursos, será a tentativa concreta de derrubar o texto do Centrão sobre a matéria e aprovar o da Comissão de Sistematização. A estratégia prevê, em seguida, a aprovação de destaques para modificar o texto da Sistematização, de preferência acolhendo a emenda do deputado Domingos Juvenil ou a da deputada Abigail Feitosa. Para isso, no entanto, o grupo terá de conseguir ainda pelo menos mais 50 votos em plenário, já que no momento conta apenas com 230, enquanto para a aprovação são necessários 280.

Estes querem aproveitar "o momento da definição"

A reunião do grupo limitou-se a algumas colocações de representantes dos setores da indústria química, farmacêutica e dos garimpeiros. O primeiro a falar foi o presidente da Associação das Indústrias Brasileiras de Produtos para Laboratórios, que esclareceu nada ter contra as multinacionais, mas exigiu uma definição clara e imediata da definição de empresa nacional. Já o presidente da Associação Fluminense de Pequenas Empresas admitiu que os pequenos empresários poderão cair num precipício se os constituintes não definirem o assunto. Por sua vez, o deputado João Cunha considerou inaceitável o texto do Centrão e anunciou que a Frente Parlamentar Nacional vai defender a aprovação da emenda Domingos Juvenil ou Abigail Feitosa, que definem como empresa nacional aquela formada por capitais brasileiros residentes no País. O deputado Domingos Leonelli também manifestou-se contrário à remessa do problema para a legislação ordinária, que correria o risco de veto presidencial, além de sofrer obstrução daqueles interessados em não regulamentar o assunto.